



SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA
Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

www.ste.pt / ste@mail.telepac.pt

NEGOCIAÇÃO COLECTIVA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reunião no MF em 2009-05-28 pelas 15.00h

O STE, integrado numa Frente Sindical, inicia hoje no Ministério das Finanças, pelas 15.00h, o processo negocial relativo a um **Acordo Colectivo de Carreiras Gerais**.

O STE pretende aproveitar a oportunidade para melhorar as condições de trabalho na Administração Pública, através do **reforço dos meios ao dispor dos trabalhadores para incrementar a sua produtividade e a dos serviços públicos**.

O Sindicato espera do Governo a formação de consensos em relação à matéria do teletrabalho, que reputa de essencial para melhorar a capacidade de resposta dos serviços públicos em determinadas áreas de actuação, aliviando as cargas laborais que se vêm fazendo sentir e que estrangulam os trabalhadores.

O STE apresentará propostas em 24 matérias, designadamente quanto ao **direito a férias, licenças sem remuneração, isenção de horário de trabalho, descanso compensatório, complemento de doença, formação profissional, retribuição do trabalho nocturno e extraordinário, subsídio de turno, jornada contínua e período experimental**.

A generalidade das propostas visa flexibilizar a utilização dos mecanismos em questão, que o RCTFP tornou mais rígida, a par da preocupação de recuperar algumas soluções que foram abandonadas pela



SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO

Rua Braamcamp, 88 - 2º Dto. - 1269-111 LISBOA
Tel. 21 386 00 55 / Fax 21 386 07 85

www.ste.pt / ste@mail.telepac.pt

recente legislação, sem vantagens para os serviços públicos e seus trabalhadores.

Enquanto esperamos pela adaptação do RCTFP ao novo Código de Trabalho, teremos a oportunidade de contribuir para modernizar as relações de trabalho de natureza pública, numa perspectiva de consagração de soluções do tipo «ganha-ganha», que gostaríamos que se instalasse na contratação pública.

Para tal será conveniente que o Governo aceite que os ACC sejam revistos anualmente, facto que o STE também irá propor.

Lisboa, 2009-05-28

A Direcção